LIBERDADE DE EXPRESSÃO E SEUS LIMITES: O DISCURSO DE ÓDIO É TOLERÁVEL?

FREEDOM OF SPEECH AND ITS LIMITS: THE HATE SPEECH IS TOLERABLE?

Isabel Germano Rodrigues Silva *

Josiane da Costa Silva **

Resumo

O reconhecimento da existência de direitos fundamentais à pessoa humana é essencial para a convivência em sociedade, sendo a democracia garantia geral para a realização de tais direitos. A Liberdade é um valor da democracia e a liberdade de expressão é necessária para a legitimação do processo democrático, no entanto, sabe-se que todo direito fundamental é relativo e encontra limites em outros direitos também fundamentais. Dessa forma, a liberdade de expressão não é um valor absoluto sendo a legitimidade do discurso de ódio discutível no âmbito jurídico.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Liberdade de expressão. Discurso de ódio. Tolerância. Democracia.

Abstract

The recognition of the existence of fundamental rights to the human person is essential for living together in society, and democracy is a general guarantee for the realization of such rights. Freedom is a democracy value and freedom of expression is necessary for the legitimation of the democratic process, however, it is known that every fundamental right is relative and finds limits in other rights also fundamental. Thus, freedom of expression is not an absolute value and the legitimacy of hate speech is debatable in the legal sphere.

Keywords: Fundamental rights. Freedom of speech. Hate speech. Tolerance. Democracy.

Artigo submetido em 10 de Outubro de 2018 e aprovado em 12 de Novembro de 2018.

* Bacharel em Direito pela PUC-MG. Advogada. E-mail: isabelgermano1991@gmail.com.

** Bacharel em Direito pela PUC-MG. E-mail: josianecsdoc@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como cerne a liberdade de expressão e seus limites, possuindo como objetivo principal verificar se o discurso de ódio pode ser tolerado na sociedade contemporânea.

O primeiro capítulo trata de breves considerações sobre os direitos fundamentais, enfatizando sua importância para a convivência em sociedade, seu desenvolvimento ao longo da história, sua classificação em gerações e suas principais características.

O segundo capítulo aborda a liberdade de forma geral e sua ampliação no ordenamento jurídico no decorrer da história, além da liberdade de expressão como um direito fundamental, suas peculiaridades, conceito e positivação no âmbito nacional e internacional.

O último capítulo versa sobre o caráter não absoluto da liberdade de expressão, mostrando que todo direito fundamental possui limites. Discorre, ainda, sobre o discurso de ódio, apresentando o conceito e a polêmica em torno da legitimidade de tais manifestações na sociedade. Adentra, também, no debate entre dois jusfilósofos contemporâneos, Dworkin e Waldron, a respeito da relação entre democracia, tolerância e discursos de ódio.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS FUNDAMENTAIS

É de suma importância para o bom desenvolvimento do tema central que será abordado neste trabalho - liberdade de expressão e seus limites - o entendimento do conceito e evolução dos direitos fundamentais, bem como suas principais características.

De acordo com José Afonso da Silva (2011, p.179), os direitos fundamentais são “situações jurídicas, objetivas e subjetivas, definidas no direito positivo, em prol da dignidade, igualdade e liberdade da pessoa humana.”. Tais direitos são imprescindíveis para uma convivência digna, livre e igualitária, “sem os quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive.” (SILVA, 2011, p.178).

Os direitos fundamentais nasceram de forma gradual, em contínua construção na medida da evolução social dos povos, somando-se, conforme ensina Norberto Bobbio:

[...] Mais uma prova, se isso ainda fosse necessário, de que os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer. Nascem quando o aumento do poder do homem sobre o homem — que acompanha inevitavelmente o

progresso técnico, isto é, o progresso da capacidade do homem de dominar a natureza e os outros homens — ou cria novas ameaças à liberdade do indivíduo ou permite novos remédios para as suas indigências: ameaças que são enfrentadas através de demandas de limitações do poder; remédios que são providenciados através da exigência de que o mesmo poder intervenha de modo protetor. (BOBBIO, 2004, p.9).

A evolução dos direitos fundamentais é explicada a partir da teoria das gerações¹ desenvolvida por Karel Vasak em 1977, que estabelece uma relação entre direitos e o lema da revolução francesa: *liberté, égalité et fraternité* (Liberdade, igualdade e fraternidade). Dessa forma, o autor relacionou os direitos de primeira geração a liberdade, os de segunda geração a igualdade e os de terceira geração a fraternidade. (TORRANO, 2014).

Bobbio classifica as gerações, com relação aos poderes constituídos, em duas espécies:

As primeiras, correspondem os direitos de liberdade, ou um não-agir do Estado; aos segundos, os direitos sociais, ou uma ação positiva do Estado. Embora as exigências de direitos possam estar dispostas cronologicamente em diversas fases ou gerações, suas espécies são sempre — com relação aos poderes constituídos, apenas duas: ou impedir os malefícios de tais poderes ou obter seus benefícios. Nos direitos de terceira e de quarta geração, podem existir direitos tanto de uma quanto de outra espécie. (BOBBIO, 2004, p.9).

Nessa perspectiva, os direitos de 1ª geração tiveram como objetivo limitar o poder estatal, por isso, são chamados de direitos negativos. São aqueles ligados às liberdades individuais, como, por exemplo, a liberdade de crença, opinião e imprensa.

Quanto aos direitos de 2ª geração, Bobbio destaca a passagem dos direitos de liberdade “para os direitos políticos e sociais, que requerem uma intervenção direta do Estado.” (BOBBIO, 2004, p.33). Ou seja, nessa geração, foram exigidas condutas positivas do Estado, relacionadas a direitos sociais como o trabalho, saúde e educação. São chamados de direitos positivos.

Os direitos de 3ª geração, para Kildare Gonçalves Carvalho (2007, p. 571) são os direitos difusos, ligados à coletividade, como, por exemplo, o meio ambiente equilibrado e o direito a paz. Segundo Norberto Bobbio, a 3ª geração decorreu da passagem do homem genérico para o homem específico, conforme ilustrado a seguir:

Com relação ao terceiro processo, a passagem ocorreu do homem genérico — do homem enquanto homem — para o homem específico, ou tomado na diversidade de

¹ Outros autores, como Ingo Sarlet (2001), preferem o termo *dimensões* a *gerações* pois acreditam que melhor expressa a unidade e indivisibilidade dos direitos fundamentais no direito constitucional, enquanto que o outro dá uma ideia de substituição.

seus diversos status sociais, com base em diferentes critérios de diferenciação (o sexo, a idade, as condições físicas), cada um dos quais revela diferenças específicas, que não permitem igual tratamento e igual proteção. A mulher é diferente do homem; a criança, do adulto; o adulto, do velho; o sadio, do doente; o doente temporário, do doente crônico; o doente mental, dos outros doentes; os fisicamente normais, dos deficientes, etc. Basta examinar as cartas de direitos que se sucederam no âmbito internacional, nestes últimos quarenta anos, para perceber esse fenômeno: em 1952, a Convenção sobre os Direitos Políticos da Mulher; em 1959, a Declaração da Criança; em 1971, a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental; em 1975, a Declaração dos Direitos dos Deficientes Físicos; em 1982, a primeira Assembléia Mundial, em Viena, sobre os direitos dos anciãos, que propôs um plano de ação aprovado por uma resolução da Assembléia da ONU, em 3 de dezembro. (BOBBIO, 2004, p. 34).

Os direitos de 4ª e 5ª geração são direitos recentes que, por serem novos, ainda são objeto de discussão e dúvidas pela doutrina.

Para Norberto Bobbio, os direitos de 4ª geração são aqueles relacionados à biogenética, ou seja, “referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo” (BOBBIO, 2004, p. 9). Carvalho, por sua vez, destacou a existência de direitos humanos na quarta geração: “[...] os direitos das minorias, de que são expressões o direito à democracia, o direito ao pluralismo e o direito à informação.” (CARVALHO, 2007, p. 572).

No que tange aos direitos de 5ª geração, Carvalho (2007, p. 572) explica que são direitos ainda a serem desenvolvidos, que tratam do cuidado por todas as formas de vida.

Percebe-se, com o estudo das gerações dos direitos fundamentais, o forte caráter histórico no reconhecimento e positivação dos direitos básicos inerentes ao ser humano e oponíveis ao Estado.

Além da historicidade, outra característica que deve ser mencionada é a imprescritibilidade. Assim, uma vez positivados no ordenamento jurídico, nunca deixam de ser exigíveis, não correndo prazo prescricional sobre eles, sendo sempre exercíveis e exercidos.

Os direitos fundamentais, conforme ensina José Afonso da Silva (2011, p.181), são também irrenunciáveis e inalienáveis. Assim, por serem personalíssimos, mesmo com a possibilidade de não serem exercidos, ficam garantidos aos seus detentores, não podendo ser negociados, vendidos ou transferidos. (SILVA, 2011).

Tem-se, ainda, que os direitos fundamentais são direitos relativos, vez que encontram limites em outros direitos também fundamentais, e universais, ou seja, são garantidos a todos independentemente de nacionalidade, religião, raça, gênero, etc.

A tutela dos direitos fundamentais do homem se dá tanto na esfera nacional, através das normas constitucionais, quanto internacional através das declarações, tratados e convenções de

direitos humanos. Segundo Bobbio (2004, p.23 e 24), os Estados que garantem os direitos fundamentais são chamados de Estados de direito e os menos inclinados a assegurar direitos aos cidadãos são os Estados não de direito, não havendo dúvidas de que “os cidadãos que têm mais necessidade da proteção internacional são os cidadãos dos Estados não de direito. Mas, tais Estados são os menos inclinados a aceitar as transformações da comunidade internacional.

É importante destacar que ocorrem violações aos direitos fundamentais do homem em ambos os Estados - de direito e não de direito - e, por isso, atividades de promoção, controle e garantia, devem ocorrer, como explica Bobbio:

Por promoção, entende-se o conjunto de ações que são orientadas para este duplo objetivo: a) induzir os Estados que não têm uma disciplina específica para a tutela dos direitos do homem a introduzi-la; b) induzir os que já a têm a aperfeiçoá-la, seja com relação ao direito substancial (número e qualidade dos direitos a tutelar), seja com relação aos procedimentos (número e qualidade dos controle jurisdicionais). Por atividades de controle, entende-se o conjunto de medidas que os vários organismos internacionais põem em movimento para verificar se e em que grau as recomendações foram acolhidas, se e em que grau as convenções foram respeitadas. Finalmente, por atividades de garantia (talvez fosse melhor : dizer de “garantia em sentido estrito”), entende-se a organização de uma autêntica tutela jurisdicional de nível internacional, que substitua a nacional. (BOBBIO, 2004, p.23).

Além disso, cabe aqui enfatizar a importância da democracia como garantia geral para a realização dos direitos fundamentais. Só em um governo do povo, pelo povo e para o povo é que os direitos políticos, sociais, econômicos e individuais poderão ser exigidos e alcançados.

3 O DIREITO FUNDAMENTAL À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Para iniciar o estudo sobre a liberdade de expressão (espécie), faz-se necessário, primeiramente, tratar sobre a liberdade (gênero).

A liberdade pode ser vista como gênero, vez que a Constituição da República tutela várias formas de liberdade, que podem ser chamadas de espécies, como a liberdade de locomoção, de opinião, de expressão, informação, de reunião, de escolha e exercício de profissão, liberdade de comércio, livre iniciativa, dentre outras.

Surgiu com as revoluções liberais do século XVIII, tendo como marco histórico a revolução francesa. Com a evolução dos direitos fundamentais, a liberdade também foi ampliada, ganhando novas abrangências e vem sendo conquistada ainda nos dias atuais. (SILVA, 2011).

É conceituada através de concepções em função da autoridade, no sentido negativo, relacionada a resistência à coação da autoridade, e, no sentido positivo, relacionada à participação no poder. A liberdade não opõe-se a autoridade, que é imprescindível para a ordem social. A liberdade opõe-se, no entanto, ao autoritarismo, ou seja, a autoridade e coação anormal, imoral e ilegítima (SILVA, 2011).

Kildare Gonçalves Carvalho (2007) elucida as liberdades negativas e positivas como:

A primeira traduz uma visão restritiva dos direitos dos cidadãos, estando ligada aos direitos civis, e se acha representada pela expressão *estar livre-de (freedom of)*, associando-se a tradição liberal. A segunda busca ampliar a participação política, associando-se aos direitos políticos, e vem representada pela expressão *estar-livre-para (freedom to)*, vinculando-se à tradição republicana. (CARVALHO, 2007, p. 607).

Silva (2011) vai além das concepções negativas e positivas, conceituando a liberdade da seguinte forma:

Liberdade consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal.
[...] É poder de atuação sem deixar de ser resistência à opressão; não se dirige contra, mas em busca, em perseguição de alguma coisa, que é a felicidade pessoal, que é subjetiva e circunstancial, pondo a liberdade, pelo seu fim, em harmonia com a consciência de cada um, com o interesse do agente. Tudo o que impedir aquela possibilidade de coordenação dos meios é contrário à liberdade. (SILVA, 2011, p. 233).

Percebe-se que o indivíduo encontra no caminho, por vezes, obstáculos que o impede de coordenar os meios necessários para o alcance da felicidade pessoal, obstáculos esses que podem ser sociais, econômicos, políticos e naturais. Assim, para um pleno exercício da liberdade, tais impedimentos devem ser removidos. Surge, então, a responsabilidade do Estado, que possui a função de “promover a liberação do homem de todos esses obstáculos, e é aqui que autoridade (poder) e liberdade se ligam.” (SILVA, 2011, p. 234).

Nesse sentido, Carvalho (2007) esclarece:

A liberdade, como núcleo dos direitos humanos fundamentais, não é apenas negativa, ou seja, liberdade de fazer aquilo que a lei não proíbe nem obriga, mas liberdade positiva, que consiste na remoção dos impedimentos (econômicos, sociais e políticos) que possam obstruir a auto-realização da personalidade humana, o que implica na obrigação, pelo Estado, de assegurar os direitos sociais através de prestações positivas com vistas a proporcionar as bases materiais para a efetivação daqueles direitos. (CARVALHO, 2007, p. 608).

Feitas as considerações pertinentes sobre a liberdade de uma forma geral, cabe aqui agora falarmos do cerne, ou seja, a liberdade de expressão e suas peculiaridades. A liberdade de expressão é assegurada em diversas declarações e convenções² internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário, bem como positivada na Constituição da República em diversos artigos.

Na Constituição da República brasileira, a liberdade de expressão pode ser encontrada nos seguintes dispositivos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença; (BRASIL, 2017).

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística. (BRASIL, 2017).

Vale frisar, também, a relação entre liberdade e democracia: quanto mais democrático é um Estado, maiores serão os avanços e conquistas da liberdade pelo povo. A liberdade e igualdade são valores democráticos. (SILVA, 2011). Assim, em momentos em que a democracia de um Estado é abalada, a liberdade sofre retrocesso e conquistas se perdem.

No Brasil, a Constituição vigente é resultado de um processo de reencontro e ampliação de direitos fundamentais como, por exemplo, o da liberdade de expressão, visto que foi promulgada após o fim do Regime Militar (1964-85),³ época em que o país viveu uma ditadura,

² Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), no artigo 19, determina que o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (OEA, 1969), no art. 13, garante que toda pessoa tem liberdade de pensamento e de expressão, proibindo a censura prévia, salvo em casos específicos; e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ONU, 1966), no art. 19, determina que ninguém será molestado por suas opiniões. Em ambos os artigos (19,13 e 19 dos documentos), a liberdade de expressão implica o direito de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias de toda natureza por qualquer meio de expressão.

³ O regime militar ocorreu após o golpe de Estado dado pelos militares que retirou o presidente eleito João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e colocou no poder o Marechal Castelo Branco, sob a alegação de que havia ameaça comunista no Brasil. Nesse período, a política brasileira foi marcada pelo rompimento com a

sendo estabelecida a censura no âmbito jornalístico, artístico, de comunicação e informação, onde foram restringidas as liberdades individuais como um todo, se perdendo dos valores democráticos.

Com o fim da ditadura e restabelecimento da democracia, o constituinte vedou qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística e resgatou para a constituição a liberdade de expressão (e as liberdades em geral) em toda sua amplitude.

4 O CARÁTER NÃO ABSOLUTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Por muito tempo os jusnaturalistas acreditaram que o fundamento dos direitos fundamentais revestia-se de caráter absoluto por serem derivados da natureza humana, ou seja, tais direitos eram considerados irrefutáveis. Kant, citado por Norberto Bobbio (2004), reduziu os direitos irresistíveis a apenas um: a Liberdade. Bobbio, no entanto, contra-argumenta dizendo que não há fundamento irresistível e que “toda busca do fundamento absoluto é, por sua vez, infundada” (BOBBIO, 2004, p. 13), considerando-o uma ilusão. O autor lista quatro dificuldades contra essa ilusão:

A primeira deriva da consideração de que “direitos do homem” é uma expressão muito vaga. já tentamos alguma vez defini-los? E, se tentamos, qual foi o resultado? A maioria das definições são tautológicas: “Direitos do homem são os que cabem ao homem enquanto homem.” Ou nos dizem algo apenas sobre o estatuto desejado ou proposto para esses direitos, e não sobre o seu conteúdo.[...]

Em segundo lugar, os direitos do homem constituem uma classe variável, como a história destes últimos séculos demonstra suficientemente. O elenco dos direitos do homem se modificou, e continua a se modificar, com a mudança das condições históricas, ou seja, dos carecimentos e dos interesses, das classes no poder, dos meios disponíveis para a realização dos mesmos, das transformações técnicas, etc. [...] O que prova que não existem direitos fundamentais por natureza. O que parece fundamental numa época histórica e numa determinada civilização não é fundamental em outras épocas e em outras culturas. [...]

[...] a classe dos direitos do homem é também heterogênea. Entre os direitos compreendidos na própria Declaração, há pretensões muito diversas entre si e, o que é pior, até mesmo incompatíveis. Portanto, as razões que valem para sustentar umas não valem para sustentar outras. Nesse caso, não se deveria falar de fundamento, mas de fundamentos dos direitos do homem, de diversos fundamentos conforme o direito cujas boas razões se deseja defender. [...]

[...] é preciso distinguir um caso que põe ainda mais gravemente em perigo a busca do fundamento absoluto: aquele no qual se revela uma antinomia entre os direitos invocados pelas mesmas pessoas.[...]São antinômicos no sentido de que o desenvolvimento deles não pode proceder paralelamente: a realização integral de uns

democracia e a instituição de uma ditadura pelos militares através de vários Atos Institucionais que colocavam em prática a censura, a perseguição política e a supressão de direitos constitucionais.

impede a realização integral dos outros. [...] Pois bem: dois direitos fundamentais, mas antinômicos, não Podem ter, um e outro, um fundamento absoluto, ou seja, um fundamento que torne um direito e o seu oposto, ambos, inquestionáveis e irresistíveis. (BOBBIO, 2004, p. 13-15)

Depreende-se que a classe dos direitos fundamentais, por ser mal definível, variável, heterogênea e antinômica, não pode ser absoluta, mas relativa, como dito anteriormente quando se falava das características dos direitos fundamentais.

Para tratar da relatividade do direito à liberdade de expressão, faz-se necessária a compreensão do processo evolutivo dos direitos fundamentais: os direitos individuais a liberdade nasceram primeiro e foram considerados (por muito tempo) como fundamento absoluto, sendo, por isso, um obstáculo a introdução de direitos sociais, o que serviu como pretexto para a defesa de posições conservadoras. (Bobbio, 2004).

No entanto, a evolução da humanidade culminou no reconhecimento dos direitos sociais como direitos fundamentais, tendo as declarações de direitos do homem mais recentes positivado tanto os direitos individuais tradicionais, que consistem em liberdades, como os direitos sociais, que consistem em poderes. Norberto Bobbio define os direitos de liberdade e os direitos sociais como antinômicos e tece as seguintes considerações:

Os primeiros exigem da parte dos outros (incluídos aqui os órgãos públicos) obrigações puramente negativas, que implicam a abstenção de determinados comportamentos; os segundos só podem ser realizados se for imposto a outros (incluídos aqui os órgãos públicos) um certo número de obrigações positivas. São antinômicos no sentido de que o desenvolvimento deles não pode proceder paralelamente: a realização integral de uns impede a realização integral dos outros. Quanto mais aumentam os poderes dos indivíduos, tanto mais diminuem as liberdades dos mesmos indivíduos. Trata-se de duas situações jurídicas tão diversas que os argumentos utilizados para defender a primeira não valem para defender a segunda. (BOBBIO, 2004, p. 14 e 15).

Conclui-se, então, que o direito de liberdade encontra limite nos direitos sociais expressos no ordenamento jurídico e vice-versa. Assim, a parte final do caput do art. 220 da Constituição da República, garante a manifestação do pensamento sob qualquer forma, desde que observado o disposto na própria constituição.

Além disso, o inciso IV do art. 5º da Constituição vigente, assegura a livre manifestação do pensamento, mas veda o anonimato.

No âmbito internacional, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 13, §2º a e b) e o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 19, §3º a e b) determinam que o exercício da liberdade de expressão poderá estar sujeito a certas restrições, desde que

previstas em lei e que se façam necessárias para: assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas; proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral pública.

Dessa forma, as normas de proteção aos direitos fundamentais garantem a tutela da liberdade de expressão sem, no entanto, esquecer-se do princípio da dignidade da pessoa humana e proteção aos demais direitos fundamentais que possam, por ventura, colidir com o direito à liberdade de expressão.

4.1 Discurso de Ódio: Elemento Inibidor ao Exercício da Liberdade de Expressão ou Manifestação Legítima?

O discurso de ódio baseia-se na auto afirmação de superioridade do emissor em relação a inferioridade de um indivíduo ou grupo (que pode ou não ser o receptor), em virtude de sua raça, cor, etnia, nacionalidade, sexo ou religião, com o objetivo de propagar, incitar, promover ou justificar o ódio racial, a xenofobia, homofobia e outras formas de ódio baseadas na intolerância, que podem culminar na violência ou discriminação de tais pessoas.

Atualmente, o discurso de ódio vem sendo amplamente discutido entre juristas, filósofos e sociedade em geral, que acaba por divergir sobre a possibilidade dos efeitos que tais discursos trazem ou podem trazer a curto ou a longo prazo, e qual deve ser a tolerância legal para tais discursos.

O cerne da questão diz respeito à amplitude do direito fundamental à liberdade de expressão no que tange a discursos preconceituosos que denigrem, excluem e podem gerar violência a determinados grupos: acontece que muitos se valem do argumento da proteção ao direito fundamental à liberdade de expressão, um dos cerne da democracia, para legitimar tais discursos e o propagarem.

No entanto, esse entendimento não é unânime. A divergência resulta da colisão entre a liberdade de pensamento manifestada em um discurso de ódio e outros direitos fundamentais de igual valor que possuem a mesma proteção constitucional. Sobre o tema, Fernanda Carolina Torres (2013) esclarece:

[...] a justificativa para o reconhecimento de limites ao direito de liberdade de expressão deve basear-se, primeiramente, na coesão do sistema jurídico, no propósito de viabilizar a coexistência de direitos aparentemente incompatíveis. Em decorrência, presume-se, que a proteção constitucional de um direito não pode estabelecer a impossibilidade de sua restrição quando o abuso em seu exercício implicar a violação de outros direitos fundamentais. (TORRES, 2013, p. 70 e 71)

De acordo com esse pensamento, tem-se que o discurso de ódio é um elemento inibidor ao exercício da liberdade de expressão, já que sua manifestação implica na violação de outros direitos fundamentais. Assim, a própria Constituição no art. 5º, XLI determina que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais” (BRASIL, 2017).

Tendo em vista o respeito a base dos direitos fundamentais que é a dignidade humana, vários dispositivos legais⁴ foram criados no âmbito nacional e internacional para coibir a prática de discriminação em razão de raça, cor, sexo, religião e nacionalidade.

Deve-se frisar que a legitimidade do discurso de ódio pode ser interpretada de acordo com diferentes ideologias. Nos Estados Unidos, por exemplo, o modelo adotado pela jurisprudência da Suprema Corte tem como base a liberdade negativa e o mercado de ideias. Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca Luna e Gustavo Ferreira Santos (2014) prelecionam:

O mercado de ideias propõe a não intervenção estatal na determinação da verdade ou falsidade dos argumentos, o que supõe que o Estado deve ser neutro. Trata-se de uma posição que enfatiza a visão da liberdade negativa e que desconfia da intervenção governamental em assuntos de liberdade de expressão. (LUNA; SANTOS, 2014, p.235).

Dessa forma, em diversos casos polêmicos⁵ envolvendo discursos de ódio julgados pela suprema corte americana, a liberdade de expressão prevalece frente a outros direitos fundamentais, sob o argumento de que o Estado só deve limitar o exercício a liberdade de

4 A **Carta Magna brasileira** (art. 5º, XLII) determina que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”; o **Estatuto da Igualdade Racial** garante à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; a **Convenção Americana de Direitos Humanos** (art. 13, § 7º.), determina que “a lei deve proibir toda propaganda a favor da guerra, bem como toda apologia ao ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade, ao crime ou à violência.”; a **Convenção Internacional pela Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial** (2001) insta os Estados a incentivarem os meios de comunicação a evitarem os estereótipos baseados em racismo, discriminação racial, xenofobia e a intolerância correlata; a **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher** (1994) afirma que os Estados-partes concordam em “estimular os meios de comunicação a elaborar diretrizes adequadas de difusão que contribuam para a erradicação da violência contra a mulher em todas as suas formas e a realçar o respeito à dignidade da mulher”; o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos** (art. 20) determina que: “1. Será proibido por lei qualquer propaganda em favor de guerra. 2. Será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, radical, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.”

5 **Caso Brandenburg (1969)**: a Suprema Corte americana absolveu Clarence Brandenburg (líder do ramo de Ohio do Ku Klux Klan) que fez alegações em rede de TV sobre a supremacia da raça ariana, sob o argumento da ausência de violência intencional, provável e iminente no discurso contra negros e judeus; **caso Skokie (1977)**: a Suprema Corte americana decidiu em favor do Partido Nazista e autorizou uma marcha nazista em bairro judeu.

expressão em casos de perigo claro e presente ou à ameaça de desordem pública. Sobre o tema, Nevita Maria e Gustavo Ferreira Santos (2014) tecem as seguintes considerações:

Não existem outros danos relevantes relacionados ao discurso do ódio? Não é sério ataque à dignidade humana a utilização de determinadas expressões? As respostas a essas indagações, segundo a filosofia americana, é que qualquer discurso, por si mesmo, não produz dano, ódio, violência ou intolerância. No entanto, quando o discurso não mais está sendo feito in abstracto, revelando não mais apenas um posicionamento político, mas está dirigido a incitar a violência, ameaçando concretamente pessoas reais, a Suprema Corte entende ser possível a penalização dos responsáveis. (LUNA; SANTOS, 2014, p. 238).

Já na Alemanha, o modelo adotado pelo Tribunal Constitucional Federal tem como base a liberdade positiva e a intangibilidade da dignidade humana. Os autores clarificam o modelo alemão de resolução de conflitos entre a liberdade de expressão e a dignidade humana:

Como se observa, no sistema jurídico alemão, a liberdade de expressão não é o valor constitucional mais importante; essa posição pertence à dignidade humana, tratada como princípio constitucional supremo e direito fundamental. Portanto, quando os casos apresentem fatos nos quais a dignidade humana e a liberdade de expressão colidem, esta deve render-se para que a dignidade humana prevaleça. Além disso, a Lei Fundamental Alemã ressalta a conduta positiva do ente público como garantidor da proteção à dignidade humana: o Estado existe para o bem do homem e não o homem, para o bem do Estado. Os indivíduos requerem que o Estado tenha um papel proativo para assegurar as possibilidades de realização de seus planos de vida. Isso não significa que o modelo alemão seja antidemocrático, mas pressupõe que a esfera pública não tenha um discurso neutro, sendo definida em torno de valores baseados em sua superioridade ética. (LUNA; SANTOS, 2014, p. 239).

No Brasil, como se pode extrair do *Habeas corpus* n. 82.424, o Supremo Tribunal Federal decidiu em conformidade com o modelo alemão, priorizando a dignidade humana em detrimento da liberdade de expressão. No caso, Siegfried Ellwanger Casten, fundador da editora gaúcha Revisão, foi acusado por crime de racismo com base no art. 20 da Lei nº 7.716/1989, por ter escrito e publicado livros que disseminam o ódio aos judeus. Em primeira instância o acusado foi absolvido sob o argumento de que os textos não induziam ou incitavam à discriminação do povo judeu. Porém, em sede de apelação os Desembargadores alegaram ter havido discriminação racial e o réu foi condenado. Foi impetrado, então, habeas corpus em favor do paciente, o que foi negado pelo STF, que repudiou discursos de ódio.

Vale destacar, no entanto, que a decisão não foi unânime. Na votação em plenário, os Ministros Moreira Alves, Carlos Ayres Britto e Marco Aurélio votaram pelo deferimento do habeas corpus por não ter existido racismo, optando pela liberdade de expressão irrestrita. Já os ministros Carlos Velloso, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Gilmar Mendes,

Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Sepúlveda Pertence, votaram pela denegação do habeas corpus repudiando o discurso de ódio e optando pela ponderação de valores em caso de colisão de direitos.

Cabe aqui trazer a baila a ponderação trazida pelo Ministro Celso de Mello que votou pelo indeferimento do *Habeas Corpus*:

[...] os postulados da igualdade e da dignidade pessoal dos seres humanos constituem limitações externas à liberdade de expressão, que não pode, e não deve, ser exercida com o propósito subalterno de veicular práticas criminosas, tendentes a fomentar e a estimular situações de intolerância e de ódio público. (BRASIL, 2004).

Deve-se trazer à tona, também, o posicionamento do Ministro Marco Aurélio que votou pelo deferimento do *Habeas Corpus*:

Não é a condenação do paciente por esta Corte- considerado o crime de racismo- a forma ideal de combate aos disparates do seu pensamento, tendo em vista que o Estado torna-se mais democrático quando não expõe esse tipo de trabalho a uma censura oficial, mas, ao contrário, deixa a cargo da sociedade fazer tal censura, formando as próprias conclusões. Só teremos uma sociedade aberta, tolerante e consciente se as escolhas puderem ser pautadas nas discussões geradas a partir de diferentes opiniões sobre os mesmos fatos. (BRASIL, 2004).

Depreende-se que a legitimação do discurso de ódio depende do modelo adotado pelo ordenamento jurídico de cada Estado. No Brasil, os julgadores devem valer-se de técnicas de ponderação de valores, aplicando ao caso concreto o princípio da proporcionalidade, fazendo um exame da adequação, da necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito⁶ para determinar qual direito será mantido em detrimento de outro naquela circunstância, tendo em vista que a Constituição vigente não estabelece hierarquia entre direitos fundamentais, por isso, não se pode escolher de forma geral e abstrata qual direito deve prevalecer sobre outro.

4.2 As Perspectivas de Dworkin e Waldron sobre a Tolerância a Manifestações de Ódio

O Estado, como regulador das relações em sociedade, por vezes, precisa adotar condutas positivas para assegurar uma convivência pacífica, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. É aí que surge o questionamento sobre a

⁶ Na aplicação do princípio da proporcionalidade em face do conflito entre direitos constitucionais contrapostos, deve-se analisar se o ato impugnado é adequado (apto a produzir o resultado desejado), necessário (insubstituível por meio menos gravoso e de mesma eficácia) e proporcional em sentido estrito (se estabelece uma relação ponderada entre o grau de restrição de um princípio e o grau de realização do princípio contraposto).

intervenção estatal em uma sociedade democrática: o Estado deve impor limites a discursos e manifestações de ódio, sabendo-se que a liberdade de expressão é um direito fundamental e um dos pilares da democracia?

Sobre tal indagação, Ronald Dworkin e Jeremy Waldron, jusfilósofos contemporâneos, travam um importante debate a respeito da relação entre democracia, tolerância e discursos de ódio.

Para Dworkin, qualquer tentativa do Estado de impor limites a manifestações de ódio viola a liberdade de expressão e compromete a democracia. Já Waldron argumenta que a restrição a tais manifestações é necessária justamente para assegurar que a intolerância não comprometa os princípios e valores democráticos. (CONSANI, 2015).

Dworkin defende que o discurso de ódio possui um importante papel no que diz respeito à proteção dos direitos das minorias, pois ele contribui para que o Estado crie ações afirmativas para incluir os oprimidos e que são essas ações que garantirão a dignidade desses grupos e não o silêncio forçado dos intolerantes. O autor acredita que as restrições à liberdade de expressão, sendo admitidas pela sociedade, possam ser utilizadas por majorias legislativas ou pelo próprio governo com a intenção de calar a oposição política. (SILVA, 2016).

Dworkin acredita em uma democracia comunitária e não majoritária, ou seja, a decisão da maioria só será legítima quando todos os indivíduos tiverem oportunidade de se expressarem e de participarem ativamente do processo legislativo a partir da expressão de suas ideias, opiniões e até mesmo preconceitos, pois apenas tendo voz na sociedade é que os intolerantes obedecerão às leis impostas pelo Estado, ou seja, as considerarão legítimas. Assim, na visão do autor, a imposição de limites ao discurso de ódio compromete o processo democrático, pois é a liberdade de expressão que traz legitimidade às leis e faz com que as pessoas - minorias e majorias - as cumpram.

Dessa forma, Dworkin entende que a legitimidade democrática está diretamente ligada a liberdade de expressão e que, por isso, as manifestações de ódio devem ser toleradas.

Waldron, por sua vez, acredita que o discurso de ódio deve ser regulado pelo Estado e que “a regulação deve ser objetiva, tanto no sentido de que não depende da intenção do agente que proferiu o discurso, quanto no sentido de que não depende dos sentimentos do destinatário do discurso, devendo-se apenas verificar se é o caso de afetação da dignidade do sujeito perante a sociedade.” (WALDRON apud SILVA, 2017, p.7).

Dessa forma, o autor faz uma diferenciação entre discursos de ódio e discursos ofensivos, delimitando o discurso de ódio ao de caráter racial ou religioso que afeta a dignidade

da pessoa atingida, ou seja, aquele associado à reputação de uma pessoa e que se perpetue. Assim, Waldron preocupa-se mais com expressões publicadas, conteúdo escrito (ou vídeos), do que com a ideia de discurso falado, pois perduram na sociedade. (SILVA, 2017).

Waldron traz as seguintes conceituações para o termo dignidade:

Há a teoria kantiana que identifica dignidade com a capacidade moral, há a teologia romana católica que associa a dignidade com homens e mulheres sendo criados à imagem e semelhança de Deus; há a teoria de Ronald Dworkin que associa a dignidade com a responsabilidade que cada pessoa deve assumir para sua própria vida; há teorias que usam dignidade para capturar algo sobre o alto status que concedemos a cada pessoa nas interações sociais e legais. Meu uso é como o último desses conceitos, mas não há como negar que outros usos também são muito proeminentes. (WALDRON, 2012, p. 137/138).

Cristina Forani Consani (2015) distingue a indignidade da ofensa com a seguinte consideração:

[...] a distinção entre indignidade e ofensa deve ser atrelada à distinção entre um ataque a um indivíduo que professa uma crença e um ataque a uma doutrina religiosa. Os ataques aos indivíduos em razão da crença religiosa que eles professam são considerados um ataque ou afronta à sua dignidade e, por essa razão, devem ser proibidos por leis contra discursos ou manifestações de ódio. Por outro lado, ataques a uma doutrina religiosa, por mais que causem dor, ressentimento, humilhação e sensação de desrespeito, são apenas discursos ofensivos e não discursos de ódio. Pode-se discordar deles ou considerá-los inapropriados, mas não cabe censurá-los ou restringir a liberdade de expressão e de imprensa para evitá-los. (CONSANI, 2015, p.185).

Além disso, Waldron acredita que a limitação legal a esses discursos pode fortalecer ao invés de comprometer a democracia. Waldron parte do mesmo pressuposto utilizado por Dworkin para defender sua tese, ou seja, a importância da legitimidade das leis no processo democrático. No entanto, Waldron encara a legitimidade das leis como uma questão de grau, ou seja, há de se admitir um déficit de legitimidade para a tutela da dignidade. (CONSANI, 2015).

Isso porque Waldron não acredita que indivíduos ou grupos que disseminam ódio estão abertos a um debate político, assim, mesmo que lhes seja garantido o direito à liberdade de expressão, a possibilidade de um debate democrático é inexistente.

Consani (2015) trata sobre a preocupação de Waldron no que diz respeito a democracia:

A preocupação de Waldron no que concerne à democracia é justamente com a “poluição” do ambiente democrático, pois uma vez alçados ao espaço público o ódio e a intolerância podem adquirir e impulsionar forças não razoáveis e não

democráticas. Utilizando-se da metáfora ambiental, o autor sustenta que assim como uma sociedade, no que diz respeito ao cuidado com o meio ambiente, não pode deixar para adotar medidas restritivas à poluição somente quando o dano ambiental já tiver sido causado, também no que diz respeito ao dano ao ambiente democrático as medidas devem ser preventivas, no sentido de tentar evitar que o dano ocorra. (WALDRON apud CONSANI, 2015, p. 187).

Entende-se que Waldron defende a limitação estatal ao discurso de ódio por pensar que o caráter preventivo que é conferido às leis contra tais discursos possui um poder maior de tutelar a dignidade das minorias e proteger a democracia do ódio pregado pelos intolerantes e que, devido a isso, as manifestações de ódio não devem ser toleradas.

CONCLUSÃO

Os direitos fundamentais são imprescindíveis para salvaguardar a dignidade da pessoa humana. Desenvolvem-se conforme fatores culturais e morais de cada povo e são positivados no plano interno através das Constituições dos países, bem como são tutelados no plano internacional através de tratados, convenções e declarações de direitos humanos.

A liberdade é um dos direitos fundamentais mais antigos e, malgrado ser um direito de primeira geração, ainda hoje vem sendo conquistada. É um valor da democracia, por isso, quanto mais democrática é uma nação, mais livre é o seu povo, tendo a liberdade de expressão um importante papel na legitimação do processo democrático. Mas isso não significa que se revista de caráter absoluto: um direito fundamental encontra limites nos demais direitos fundamentais protegidos pelo ordenamento jurídico de cada Estado.

Apesar do discurso de ódio decorrer da liberdade de expressão, sua legitimidade é discutível porque baseia-se na intolerância, revelando-se em discriminação a indivíduos ou grupos, o que pode resultar na exclusão social ou em atos violentos, afetando a dignidade dos atingidos.

Dessa forma, por existir o conflito entre a liberdade de expressão do dono do discurso e da dignidade do atingido, acredita-se na tese de que o discurso de ódio é um elemento inibidor a liberdade de expressão, como entende a justiça alemã.

Nessa perspectiva, o Poder Público não deve tolerar discursos de ódio, mas deve agir de forma positiva, limitando tais manifestações através da regulação de normas para proteger a

dignidade das vítimas e assegurar que a intolerância não comprometa os princípios e valores democráticos.

Por outro lado, sabe-se que o discurso de ódio é tolerado em países que adotam o modelo de liberdade negativa, no qual o governo deve abster-se de regular a liberdade de expressão, pois, conforme o modelo por eles adotado, um discurso, por si só não é capaz de gerar dano, violência ou intolerância, a não ser em casos de perigo claro ou de desordem pública, como acontece, por exemplo, nos EUA.

Conclui-se que a tolerância ao discurso de ódio depende do ordenamento jurídico de cada Estado. No Brasil, não há regulação específica contra o discurso de ódio, porém, a própria Constituição da República de 1988 traz limitações à liberdade de expressão e tutela, também, a dignidade humana; repudia o racismo, a discriminação em razão de sexo, religião e nacionalidade. Assim, apesar da pluralidade de direitos garantidos, a Carta Magna não estabelece hierarquia entre eles, não se podendo escolher, portanto, de forma geral e abstrata qual direito deve prevalecer sobre o outro.

Assim, enquanto não houver uma regulação específica quanto ao discurso de ódio e, a partir dele ocorrer a colisão entre direitos fundamentais, os julgadores deverão ater-se ao princípio da proporcionalidade para determinar qual direito será mantido em detrimento de outro no caso concreto.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. Disponível em: <https://ia801302.us.archive.org/26/items/BobbioAEraDosDireitos/Bobbio%20-%20A%20era%20dos%20direitos.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 29 jul.. 2017.

BRASIL, **Decreto nº 592 de 6 DE julho de 1992**. Atos Internacionais. **Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 12 ago. 2017.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Habeas Corpus 824242**. Rel. Min. Moreira Alves, 2004. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28HC%24%2ESC>

[LA%2E+E+82424%2ENUME%2E%29+OU+%28HC%2EACMS%2E+ADJ2+82424%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/az3e35m>](#). Acesso em: 27 jun. 2017.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional - Teoria do Estado e da Constituição - Direito Constitucional Positivo**. 13ª ed., Belo Horizonte: Delrey, 2007.

CONSANI, Cristina Forani. **Democracia e os discursos de ódio religioso**: o debate entre Dworkin e Waldron sobre os limites da tolerância. *ethic@* - Florianópolis, Santa Catarina, Brasil, v.14, n.2, p.174 -197, Dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/viewFile/38970/31180>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

Convenção Americana de Direitos Humanos. 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm>. Acesso em: 10 ago 2017.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. 2017. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2017.

Ditadura Militar no Brasil - 1964 - 1985. **Só História**. Virtuoso Tecnologia da Informação. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/ditadura/>>. Acesso em: 09 ago. 2017.

FILHO, João Trindade Cavalcanti. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais**. Stf, 2017. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portaltvjustica/portaltvjusticanoticia/anexo/joao_trindade_teorias_gerais_dos_direitos_fundamentais.pdf>. Acesso em: 18 Mai. 2017.

FREITAS, Riva Sobrado de; CASTRO, Matheus Felipe de. Liberdade de Expressão e Discurso do Ódio: um exame sobre as possíveis limitações à liberdade de expressão. **Seqüência** (Florianópolis), n. 66, p. 327-355, jul. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/seq/n66/14.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

JUNIOR, José Eliaci Nogueira Diógenes. **Aspectos gerais das características dos direitos Fundamentais**. Âmbito Jurídico, 2017. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11749>. Acesso em: 18 mai. 2017.

JUNIOR, José Eliaci Nogueira Diógenes. **Gerações ou Dimensões dos direitos fundamentais?** Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11750>. Acesso em: 17 jul. 2017.

LANE, Renata. **O entendimento do STF em alguns casos de colisão de direitos fundamentais**. 2004. Monografia - Sociedade Brasileira de direito público, Escola de Formação, São Paulo. Disponível em: http://www.sbdp.org.br/arquivos/monografia/54_Renata%20Lane.pdf> Acesso em: 30 jul. 2017

LOPES, Lorena Duarte Santos. **Colisão de direitos fundamentais: visão do Supremo Tribunal Federal.** *Âmbito Jurídico*, 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11242>. Acesso em: 21 mai. 2017.

LUNA, Nevita Maria Pessoa de Aquino Franca; SANTOS, Gustavo Ferreira. Liberdade de expressão e discurso de ódio no Brasil. **Revista Direito e Liberdade**, v. 16, n. 3, p. 227-255, set./dez. 2014. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrj.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/viewFile/780/621>. Acesso em: 12 ago. 2017.

ROTHENBURG, Walter Claudius; STROPPIA, Tatiana. **Liberdade de expressão e discurso de ódio: o conflito discursivo nas redes sociais.** In: 3º Congresso Internacional de direito e contemporaneidade. 2015. Santa Maria - RS. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-21.pdf>>. Acesso em: 25 jul 2017.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

SILVA, Priscila Regina da. **O exercício da legitimidade democrática e o discurso de ódio: uma análise a partir de Waldron e Dworkin.** 2017. Disponível em: <<http://www.jur.puc-rio.br/seminariopg/index.php/cadernoseminariopos/article/download/20/15/>>. Acesso em: 11 ago 2017.

TORRANO, Marco Antonio Valencio. **Quantas dimensões (ou gerações) dos direitos humanos existem?** 2014. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31948/quantas-dimensoes-ou-geracoes-dos-direitos-humanos-existem>>. Acesso em: 10 ago 2017.

TORRES, Fernanda Carolina. **O direito fundamental à liberdade de expressão e sua extensão.** 2013. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/502937/000991769.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 ago 2017.